

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IV - Nº 744 - BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 19 DE OUTUBRO DE 1998

Emília quer reduzir taxa paga por TVs educativas



A senadora Emília Fernandes (PDT-RS) apresentou projeto de lei que diminui os valores das taxas de fiscalização cobradas pelo governo das emissoras educativas. Ela propõe que as taxas pagas por tais emissoras correspondam a 20% dos valores recolhidos pelas estações comerciais.

PÁGINA 4

Zanete defende estímulo ao Proálcool

Uma atitude de firme apoio ao Proálcool. Foi o que cobrou do governo o senador Zanete Cardinal (PFL-MT). Ele argumenta que deve haver todo esforço para que não se ponha a perder um programa pioneiro, com alta capacidade de geração de empregos e eficácia reconhecidas pela comunidade internacional.

PÁGINA 2



Hollanda pede isenção para autônomos



O senador Joel de Hollanda (PFL-PE) quer estender aos representantes comerciais autônomos a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na compra de automóveis hoje existente para os motoristas de táxi. Hollanda diz que o benefício é reivindicado pela categoria há 15 anos.

PÁGINA 4

Ademir busca apoio para criar CPI dos institutos de pesquisa

Determinado a constituir comissão parlamentar mista de inquérito, senador já começou a coletar assinaturas na Câmara e no Senado



Ademir Andrade teme que as pesquisas eleitorais tenham sido utilizadas para "desvirtuar a vontade popular"

A suspeita de que a divulgação de dados incorretos pelos institutos de pesquisa "desvirtuou a vontade popular" nas eleições deste ano levou o senador Ademir Andrade (PSB-PA) a iniciar a coleta de assinaturas para formar uma comissão parlamentar mista de inquérito encarregada de investigar o assunto.

Para criar a CPI, ele terá que reunir assinaturas de pelo menos um terço dos parlamentares de cada Casa (no mínimo, 27 senadores e 171 deputados federais).

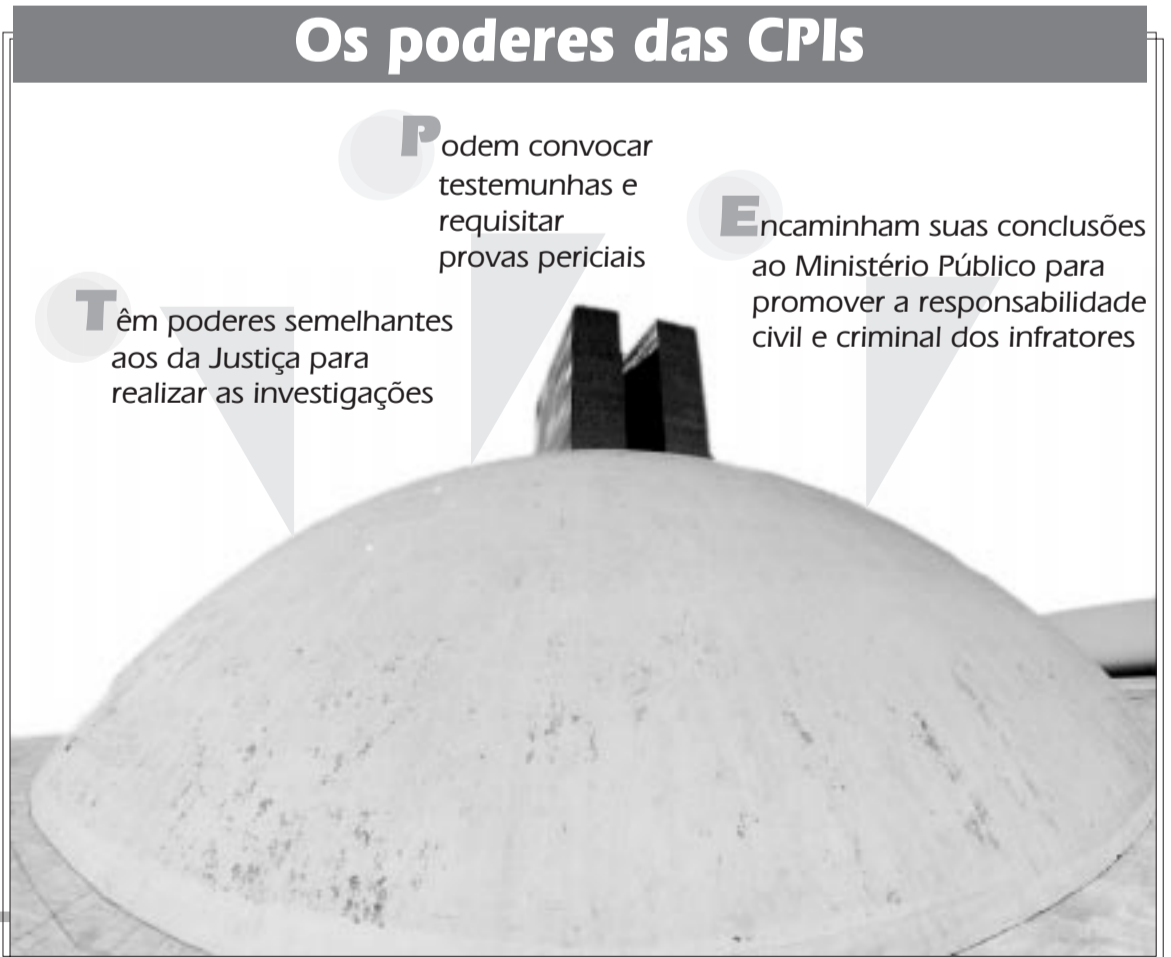
PÁGINA 3

Os poderes das CPIs

Podem convocar testemunhas e requisitar provas periciais

Encaminham suas conclusões ao Ministério Público para promover a responsabilidade civil e criminal dos infratores

Têm poderes semelhantes aos da Justiça para realizar as investigações



AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 19 DE OUTUBRO DE 1998

▶ 14h30 - Sessão não deliberativa

PREVISÃO DE TRABALHOS

- Terça-feira (20.10)
- ▶ 14h30 - Agenda em aberto
- Quarta-feira (21.10)
- ▶ 14h30 - Agenda em aberto
- Quinta-feira (22.10)
- ▶ 14h30 - Agenda em aberto
- Sexta-feira (23.10)
- ▶ 9h - Sessão não deliberativa
- Segunda-feira (26.10)
- ▶ 14h30 - Sessão não deliberativa
- Terça-feira (27.10)
- ▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária
- Pauta: *PLC nº 82/96, que dispõe sobre a uniformização de preços de asfalto nos Municípios da Amazônia Legal e *PLC nº 103/96, que altera o art. 58 da lei nº 6.015, de 31/12/73, que dispõe sobre os registros públicos.
- Quarta-feira (28.10)
- ▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária
- Pauta: *Substituto da Câmara ao PLS nº 5/91, que dispõe sobre a regulamentação do exercício da soberania popular mediante plebiscito, referendo e iniciativa popular; *PDL nº 112/97, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Iguatemi FM Stéreo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bebedouro-SP; *PDL nº 113/97, que aprova o ato que renova a concessão da Fundação Frei João Batista Vogel - O.F.M. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Catalão-GO e *PDL nº 121/97, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura de Camará Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Camará-PR.
- Quinta-feira (29.10)
- ▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária
- Pauta: *PLC nº 62/97, que altera a lei nº 8.171, de 17/01/91, acrescentando-lhe dispositivos referentes à defesa agropecuária e *Requerimento nº 365/98, do senador Odacir Soares, solicitando a tramitação conjunta da PEC nº 19/98 com a de nº 63/95, por versarem sobre o Tribunal Superior do Trabalho - juizes classistas.
- Sexta-feira (30.10)
- ▶ 9h - Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Quarta-feira (21.10)

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversos projetos, destacando-se: *PEC nº 52/95, que suprime o parágrafo 3º do artigo 199, que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país; *PLS nº 230/95, que dispõe sobre as operações de Fomento Mercantil - Factoring; *PLS nº 241/97, que dispõe sobre a discriminação praticada contra servidores anistiados; *PLS nº 125/97, que autoriza municípios a formarem consórcio para implementar política comum de desenvolvimento; *PLS nº 30/97, que altera a Lei nº 7.210/84 - Lei de Execução Penal, que dispõe sobre ressarcimento ao Estado de despesas com manutenção de presos e condenados; *PLC nº 12/98, que dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação dos índices de evasão e repetência nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio; e *PLC nº 52/94, que dispõe sobre o arquivamento e a eliminação de processos judiciais. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 5*

ESPECIAL

Quarta-feira (21.10)

Cultura ao Meio-Dia

Filme: *Caro Diário*, de Nani Moretti. *Auditório Patrônio Portella*

Zanete Cardinal destaca conquista tecnológica e pede reativação do Proálcool

Senador considera o Programa Nacional do Álcool uma das maiores realizações do país, de caráter pioneiro e reconhecida em nível internacional

O senador Zanete Cardinal (PFL-MT) afirmou que o Brasil não deve deixar morrer à míngua o que é uma das maiores realizações do país: o Programa Nacional do Álcool. Para Zanete, os brasileiros admiram e louvam realizações de estrangeiros, mas sofrem de síndrome de derrota na hora de promover as próprias soluções.

— Quando, num esforço comum, conseguimos desenvolver todo um sistema tecnológico e produtivo, resolvendo um a um todos os óbices inerentes aos processos empregados e logrando um pioneirismo reconhecido pela comunidade técnica internacional, logo abandonamos a dianteira conquistada —



Zanete defende o álcool carburante como um recurso a mais, e não como substituto total da gasolina

analisa Zanete.

A capacidade de controlar os

problemas do etanol — alterando materiais empregados nos componentes do automóvel e protegendo-o contra corrosões — e o aprimoramento da tecnologia das usinas de açúcar e álcool foram citados pelo senador como conquistas tecnológicas brasileiras.

O senador acredita que falta, por parte do governo, a condução a sério de uma política energética e econômica independente. Para Zanete, o Proálcool, concebido no fim dos anos 70, no auge da crise do petróleo, era uma alternativa brasileira para o combustível importado. Além das vantagens econômicas, ressaltou, o álcool combustível é um recurso renovável e

traz vantagens para o ambiente.

Zanete afirmou que o álcool deveria ser um recurso a mais e nunca um substituto total da gasolina.

— Um dos principais desafios é o da reconstrução da imagem pública do álcool carburante, que ficou negativa desde a crise de suprimento do final dos anos 80 e da violenta desmoralização que o programa sofreu — acrescentou.

Hoje, destacou, o Brasil tem excesso de álcool em estoque:

— Se em São Paulo, estado de economia mais diversificada do país, isso já constitui um problema sério, imagine-se em Alagoas, cuja economia tem como principal suporte a atividade sucroalcooleira.

Elói critica extinção de delegacia do Patrimônio

Preocupado com a anunciada extinção da Delegacia do Patrimônio da União no Piauí e a consequente demissão dos funcionários, o



Portela considera medida prejudicial ao estado do Piauí

senador Elói Portela (PPB-PI) pediu ao Ministério da Fazenda que revogue a medida. Segundo Elói, a substituição da delegacia por uma representação subordinada à delegacia no Ceará só trará desvantagens para o Piauí.

O senador disse que não se conforma em ver o governo federal ausente da responsabilidade de garantir o equilíbrio regional e rechaçar ações discriminatórias como a extinção da Delegacia do Patrimônio da União no Piauí.

CARTAS



Nesta seção, o *Jornal do Senado* publica cartas, fax e e-mails enviados pelos leitores.

endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
15º e 16º andares
Brasília - DF - 70165-920

E-mail: jornal@senado.gov.br

fax: (061) 311 3137

LÉO GUIMARÃES (BORDA DE MATA-MG)

“Sou leitor do *Jornal do Senado* e achei muito interessante a matéria veiculada sobre a criação do Museu Eletrônico da Casa. Acho que o Senado vem fazendo muito pelo Brasil e, assim, merece ter sua memória preservada.”

Rogério Chiaroti - jornal “O Momento” (Morro Agudo - SP)

“Tenho recebido periodicamente o *Jornal do Senado* e comprovado seu sucesso dentro da linha editorial pretendida. Um serviço desenvolvido dessa maneira faz crescer a credibilidade dos políticos e dá ao leitor condições de se inteirar dos assuntos atuais.

Como editor de jornal, sempre

me pauto pelas matérias publicadas no *Jornal do Senado*, com a confiança de estar recebendo informações seguras e imparciais.”

CÉLIO BORBA (FAZENDA RIO GRANDE-PR)

“Cumprimentos à equipe deste brilhante e competente veículo de informação do Senado, órgão federal que honra os brasileiros.

Ao ler o *Jornal do Senado* adquiro a certeza de que sou um cidadão e de que entre os parlamentares há homens de caráter e mulheres de personalidade, garra e fibra, que lutam por uma sociedade mais justa e solidária.”

LEÔNIDAS JURUENA (RIO DE JANEIRO -RJ)

“Parabenizo o Senado Federal pela iniciativa de criar serviços que

levam a todo o Brasil informações a respeito das atividades da Casa.

Os serviços prestados pelo *Jornal do Senado* e pela TV, Rádio e Ouvidoria da Casa representam um avanço e comprovam o ótimo trabalho exercido pelos senadores.”

JOSÉ SANTANA DIAS CARREIRO (RIACHINHO - TO)

“Parabenizo a equipe do *Jornal do Senado* pelo importante trabalho de levar ao conhecimento da sociedade brasileira as atividades e decisões do Senado. São notícias em primeira mão, transmitidas diretamente da origem, que oferecem uma visão concreta e transparente do que acontece nessa Casa.

Como secretário administrativo da Câmara Municipal de Riachinho, solicito a assinatura desse magnífico jornal.”

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho
Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade

Editor-Chefe: Djalba Lima

Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Morais

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo

Arte: Clóvis Júnior

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Coordenação Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
15º e 16º andares
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Ademir pedirá CPI sobre atuação dos institutos de pesquisa

Senador está recolhendo assinaturas nas duas Casas do Congresso e deseja instalação de comissão parlamentar mista de inquérito ainda neste ano

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) está recolhendo assinaturas no Senado e na Câmara dos Deputados para a instalação de uma comissão parlamentar mista de inquérito com o objetivo de apurar possíveis irregularidades na atuação dos institutos de pesquisa nas eleições de 4 de outubro. Para isso, são necessárias assinaturas de um terço dos parlamentares em cada Casa.

– Estou absolutamente convencido de que os donos dos institutos manipularam pesquisas ao interesse de quem pagou por elas – afirmou o senador.

Para Ademir Andrade, a divulgação de dados errados pelos institutos desvirtuou a vontade popular. Além disso, ele não crê que os institutos tenham conseguido convencer a sociedade sobre as contradições entre os números pesquisados e os resultados das votações.

O requerimento para instalação da CPI será apresentado logo após



Para Ademir, pesquisas foram manipuladas em favor de quem pagou por elas

o segundo turno das eleições, marcado para o dia 25, informou o senador. A idéia é iniciar os trabalhos ainda este ano e concluí-los num prazo de 30 dias.

CPIs

A Constituição de 1988 conferiu prerrogativas especiais para as comissões parlamentares de inquérito. Elas têm poderes investigativos próprios da

Justiça, além de outros previstos nos regimentos da Câmara ou do Senado.

Recentemente algumas CPIs se notabilizaram por seu trabalho, provocando mudanças no quadro político. A mais famosa foi a que investigou as denúncias de corrupção contra o ex-presidente Fernando Collor. A partir de suas conclusões foi aberto processo de *impeachment* contra o ex-presidente, que culminou com sua renúncia, em 1992. Em 1993, o Congresso iniciou a CPI do Orçamento, que examinou a ação de parlamentares envolvidos com o processo orçamentário, resultando na cassação de diversos deles. Em 1996, os senadores investigaram a emissão irregular de títulos públicos para o pagamento de dívidas judiciais, os precatórios. A partir de suas conclusões, o Senado editou resoluções limitando o endividamento público e fixando condições para concessão de créditos a estados e municípios.

Povo do Acre mostrou que queria mudar, diz Marina

“A experiência dos últimos 20 anos mostrou ao povo acreano que seu principal problema era o sistema político dominante no estado.” A afirmação é da senadora Marina Silva (PT-AC), ao comentar as eleições que resultaram na esco-



Marina lembrou a trajetória de vários anos, do sonho à vitória nas urnas

lha do engenheiro florestal Jorge Viana para o governo do Acre. Ela disse que a vitória ocorreu porque, descrente em relação ao poder dominante, a população queria mudar.

Conforme a senadora, espalhou-se a convicção de que o sistema precisava ser modificado com urgência, “sob pena de a população continuar submetida à opressão e à miséria”. Ela informou que a eleição foi tranquila, até porque as pessoas estavam decididas a fazer a mudança. “O que tivemos foi uma grande manifestação da população”, declarou.

Marina lembrou que, há 14 anos, participava com Jorge Viana e Tião Viana (médico infectologista eleito para o Senado) de evento pelas eleições “diretas já” na fren-

te do Palácio Rio Branco. “Naquele momento, éramos jovens sonhadores em busca da construção da democracia com que sonhávamos”, disse ela; “...talvez os que detinham o poder na época jamais imaginassem que aqueles jovens um dia chegariam ao governo”, completou.

Ela invocou sua fé religiosa para sustentar que sempre acreditou que o Acre mudaria, observando que as condições para uma vitória do PT há muito tempo vinham sendo criadas. A senadora explicou que a idéia de uma administração pública voltada para o desenvolvimento regional e sustentável cresceu lenta, mas constantemente, nos anos 80.

Projeto de Suplicy torna obrigatório debate entre candidatos majoritários

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou projeto tornando obrigatória a transmissão de dois debates entre candidatos a presidente, governador e prefeito e seus respectivos vices, durante o período de campanha eleitoral, pelas emissoras de rádio e televisão privadas e públicas. O autor explicita que os programas devem ser exibidos também pelos canais de televisão por assinatura sob responsabilidade do Senado, da Câmara, das assembleias legislativas, da Câmara Legislativa do DF ou das câmaras municipais.

São previstas punições para os candidatos faltosos e para as emissoras de rádio e televisão que descumprirem o estabelecido. A proposta será examinada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em caráter terminativo.

Suplicy propõe que a ausência injustificada de candidato seja punida com a suspensão da propaganda eleitoral na primeira oportunidade seguinte à data do debate e com o pagamento de multa no valor de até 10.000 Ufirs.

A empresa que deixar de transmitir os programas estará sujeita a punição, nos termos do artigo 56 da atual Lei Eleitoral. Esse dispositivo permite ao partido, coligação ou candidato encaminhar requerimento à Justiça Eleitoral, que po-



Suplicy quer as eleições como “uma festa da cidadania”

derá determinar a suspensão, por 24 horas, da programação normal da emissora. Durante esse período a emissora deve transmitir a cada 15 minutos a informação de que se encontra fora do ar por ter desobedecido à Lei Eleitoral. A cada reincidência, o período de suspensão será duplicado.

O senador entende que a mudança da legislação poderá contribuir para o aprimoramento do processo eleitoral e das instituições partidárias.

– Cada pleito poderá representar uma festa da cidadania e não um ritual amorfo e apático de confirmação como poder político daquelas elites que já detêm o poder econômico e o poder ideológico em nosso país – afirma Suplicy.

Odacir promete continuar trabalhando por Rondônia

O senador Odacir Soares (PTB-RO) disse que, mesmo não tendo conseguido a reeleição, continuará trabalhando por Rondônia. Ele garantiu que sua experiência de 30 anos de vida pública permanecerá a serviço da população do estado.

– Não fui reeleito, mas nem por isso entrego-me à pusilanidade. Acato com respeito a manifestação dos eleitores e continuarei a lutar pelos ideais que entendo corretos. Aliás, vejo a política como uma incansável e ativa participação e continuarei lutando por Rondônia, pela Amazônia e pelo Brasil – afirmou.

Na opinião do senador, o apoio à candidatura do governador Valdir Raupp, por questões de lealdade, e a conjuntura econômica desfavorável do país, que também atinge os estados, foram prejudiciais à sua candidatura. “Se eu fosse um oportunista, teria mudado de lado, mas não o fiz”,



Odacir diz que respeita a manifestação dos eleitores e que não abandonará seus ideais

justificou.

Odacir divulgou dois documentos enviados à população de Rondônia. No primeiro constavam argumentos para que o eleitor o reconduzisse ao Senado. O outro é a carta em que agradece os votos recebidos e afirma a intenção de continuar prestando serviços ao estado.

David Fleischer analisa eleições

Apesar do aumento do número de parlamentares de esquerda na próxima legislatura, a base de sustentação do governo no Congresso não será afetada. Essa é a opinião do cientista político David Fleischer, manifestada em entrevista que será transmitida hoje pela TV Senado.

Fleischer comenta ainda o que chama de “decadência” de líderes tradicionais em alguns estados, o desempenho dos institutos de pesquisa, os debates entre candidatos e a possibilidade de surgimento de uma nova agremiação que atrairia políticos de centro, centro-esquerda e esquerda.

A entrevista vai ao ar às 4h30, 9h30, 12h30, 18h30 e 20h30.

TV Senado debate o estudo da filosofia no Brasil

O estudo da filosofia no Brasil é o tema do programa *Cidadania*, que será transmitido nesta segunda-feira pela TV Senado. Participam do debate o chefe do Departamento de Filosofia da Universidade Católica de Brasília, Francisco Sérgio Gomes, e o professor de História da Filosofia e Hermenêutica da instituição,

Maximino Basso.

A dificuldade de retomar o estudo filosófico após o fim do regime militar e a importância do pensamento filosófico para o homem contemporâneo, além de questões referentes à televisão, são alguns dos assuntos abordados no programa, que vai ao ar às 5h, 13h30 e 19h30.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

8h - Saúde Todo Dia - o programa trata da importância da atividade física para a saúde. Atividade: hidroginástica
8h30 - Jornal do Senado
8h55 - Senado em Pauta
9h - Cores do Brasil - uma viagem pelo país mostrando seu potencial cultural. Em destaque, as belezas do Ceará
9h30 - Entrevista - o cientista político David Fleischer faz uma análise das eleições deste ano
10h - Cores do Brasil - o oeste baiano
10h30 - Saúde Todo Dia - atividade: ginástica especializada
10h55 - Senado em Pauta
11h - Especial/UNIP - o médico Dráuzio Varela entrevista Walter Penna. Assunto: tumores ósseos
11h30 - Espaço Cultural - apresentando o Museu de Fotografia
11:55 - Senado em Pauta
12h - Cores do Brasil - linha verde da Bahia
12h30 - Entrevista com o cientista político David Fleischer sobre as eleições
13h - Cores do Brasil - o café do oeste baiano
13h30 - Cidadania - os filósofos Francisco Sérgio Gomes e Maximino Basso falam sobre o pensamento filosófico
14h30 - Plenário (ao vivo)

18h30 - Entrevista com o cientista político David Fleischer sobre as eleições
18h55 - Senado em Pauta
19h - Cores do Brasil - a Serra dos Órgãos.
19h30 - Cidadania - os filósofos Francisco Sérgio Gomes e Maximino Basso falam sobre o pensamento filosófico
20h30 - Entrevista com o cientista político David Fleischer sobre as eleições
21h - Jornal do Senado
21h15 - Documentário - "Chatô, o Rei do Brasil" - a vida do empresário de comunicação Assis Chateaubriand - 6º capítulo
22h - Plenário (reapresentação)

Obs.: Durante a programação serão transmitidos flashes de reportagens, institucionais, especiais e o programa "Fala Cidadão".

RÁDIO SENADO

HOJE

8h - Agenda Senado
14h30 - Sessão plenária (ao vivo)
19h - "A Voz do Brasil"
20h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Nordeste"
21h - "Senado em Linha Direta - Edição Norte /Centro-Oeste"
21h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Sul/Sudeste"
0h - Reprise da sessão plenária

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

- Equipamentos necessários:
 - Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F
- Informações técnicas:
 - Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
 - Satélite: Brasilsat B2
 - Polarização: Vertical (RX)
 - Modo: Joint-Stereo
 - Taxa: 128 Kbps-BPSK
 - Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

Emília propõe taxa menor para emissoras educativas

Projeto apresentado pela senadora estabelece tarifa de fiscalização equivalente a 20% da cobrada de TVs privadas

A senadora Emília Fernandes (PDT-RS) apresentou projeto de lei para reduzir os valores das taxas de fiscalização de instalação e funcionamento de serviços de radiodifusão de sons e imagens, cobradas de emissoras educativas. Segundo a senadora, a lei aprovada recentemente pelo Congresso não introduziu critérios para diferenciar as estações comerciais das educativas.

Em seu projeto, Emília propõe que as emissoras educativas paguem 20% do valor cobrado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) das emissoras comerciais. Ela também apresenta uma tabela com taxas distintas para cidades pequenas e médias, que estejam de acordo com a realidade econômica de cada uma delas.

A diferenciação entre emissoras comerciais e educativas seria de se esperar em decorrência dos próprios parâmetros utilizados, ou seja, a veiculação de propaganda nos intervalos comerciais. As emissoras

educativas não dispõem de recursos provenientes de publicidade ou patrocínio comercial - justifica a senadora.

Emília argumenta que a legislação brasileira do setor de radiodifusão adota tratamento jurídico distinto com respeito a canais explorados com fins comerciais e os utilizados para fins educativos, que não têm direito de transmitir propaganda, direta ou indiretamente. As emissoras educativas não podem, pela lei, ter finalidade lucrativa e devem possuir programação orientada pelo interesse público e destinada ao desenvolvimento do indivíduo.

Cometeu-se enorme injustiça para com as prestadoras do serviço de radiodifusão educativa, visto que a tabela aprovada pelo Congresso institui valores da taxa de fiscalização de instalação que se situam entre R\$ 12.200,00 e R\$ 34.065,00, dependendo do tamanho da cidade em que opera a estação - avalia Emília.



Emília Fernandes lembra que TVs educativas não podem transmitir publicidade

Pela proposta, a taxa ficaria entre R\$ 488,00, para estações em municípios de até 50 mil habitantes, e R\$ 6.813,00 para aquelas em cidades com mais de 5 milhões de habitantes.

A taxa de fiscalização de instalação de estação é cobrada uma única vez, quando ocorre a instalação da emissora. A taxa de fiscalização de funcionamento é devida anualmente pelas estações e os valores são fixados em metade dos cobrados para a taxa de fiscalização de instalação.

Senado estará em encontro de informática

O Senado participará do III Encontro Nacional de Informática Aplicada ao Legislativo (Enial), que será realizado de 21 a 23 deste mês, no Rio de Janeiro. O evento reunirá parlamentares e especialistas das Casas legislativas de todo o país, que debaterão os temas Orçamento Público e Democratização da Informação.

O objetivo do encontro é a troca de experiências para a democratização das informações relativas às leis e às atividades do Parlamento. Haverá um estande com demon-

trações de iniciativas desenvolvidas pelo Centro de Processamento de Dados do Senado (Prodasen) e a realização de palestras sobre a abertura das bases de dados do Senado, o Interlegis e a Fábrica de Software.

O tema central - Orçamento Público - trata de uma das mais importantes atividades das Casas legislativas. Os sistemas de informática desempenham papel fundamental na discussão, tramitação e aprovação da proposta orçamentária. Todo esse processo e os recursos utilizados na informática para facilitar

a alocação dos recursos orçamentários nas diversas áreas serão debatidos no encontro.

Regina Célia Peres, diretora-executiva do Prodasen, fará palestra sobre a abertura das informações legislativas do Senado para a sociedade. Será possível acompanhar, em tempo real, pela Internet, os resultados das sessões plenárias do Senado e as atividades das comissões, assim como ter acesso a discursos, projetos de leis e outras matérias em tramitação no Congresso.

Representante comercial pode ter isenção de IPI

Isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de automóvel de passageiros: esta é a proposta do senador Joel de Hollanda (PFL-PE) para beneficiar a classe dos representantes comerciais autônomos, constante do Projeto de Lei nº 135/98. Segundo o senador, o objetivo é dar aos representantes comerciais autônomos o mesmo tratamento dado a motoristas de táxi.

Trata-se de uma categoria que, há mais de 15 anos, vem reivindicando o



Joel de Hollanda quer beneficiar autônomos

justo benefício em relação ao seu principal instrumento de trabalho, o automóvel, uma vez que 60% de sua atividade laboral é exercida em viagens intermunicipais - justificou o senador.

De acordo com a justificativa de Joel de Hollanda, levantamento feito pelo conselho federal da categoria revelou que o representante comercial percor-

re aproximadamente 36 mil quilômetros por ano, nos mais diversos tipos de estradas e condições climáticas, causando desgaste e depreciação prematuros do veículo utilizado. "Considerando-se o consumo médio do automóvel nacional de 8 km/litro, temos um consumo de 4.500 litros de combustível por automóvel a cada ano", avalia o senador.

Segundo Hollanda, com a isenção do IPI o Conselho Federal calcula que podem ser vendidos, no primeiro ano de vigência da nova lei, 100 mil novos automóveis.